

PPP, PMDB e a governabilidade

economia - Brasil

RENAN CALHEIROS

Num momento em que o País atravessa enormes desafios, não podemos esquecer que, paralelamente ao equilíbrio macroeconômico, faz-se necessária a estabilidade das leis e dos marcos regulatórios. Minha maior preocupação, neste momento, é colaborar com o debate legislativo para a criação de um ambiente propício que proporcione mais investimentos e crescimento econômico.

Vejam, por exemplo, o caso das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que são verdadeiros contratos de longo prazo. No caso das PPPs, além da credibilidade da política econômica, é indispensável que haja um ambiente de perenidade normativa, principalmente quanto à estabilidade contratual. Diante disso, apresentei na última semana proposta de emenda à Constituição (PEC) que veda a edição de medidas provisórias em matérias relativas a contratos. O objetivo central da proposta é oferecer maior segurança jurídica às leis brasileiras que versem sobre temas contratuais, reduzindo assim as incertezas quanto a eventuais alterações ao longo do tempo.

A estabilidade das leis e dos marcos regulatórios é garantia para o cidadão e se revela uma condição necessária

para a retomada dos investimentos, ainda mais quando as leis regulam os contratos. É o caso, por exemplo, das Parcerias Público-Privadas. Na verdade, como as PPPs serão veiculadas por lei ordinária, qualquer medida provisória poderia alterá-las ao longo do tempo. Penso que essa PEC servirá como uma "blindagem" às parcerias. É uma garantia adicional, um mecanismo de redução de incertezas. Com a emenda, as alterações somente poderiam ser feitas com a prévia anuência do Congresso Nacional, o que é positivo para os investidores e para os contribuintes. Claro que, com relação às Parcerias, alguns gargalos precisam ser removidos.

Mas tudo tem de ser feito em função das conversações, inclusive com as oposições. Temos de retomar o debate em torno da reforma do Judiciário, das PPPs, da biossegurança, das agências reguladoras, enfim, da agenda legislativa que interessa ao Brasil.

Na maioria das vezes, a negociação política não se faz apenas com quem se quer. As grandes estratégicas nacionais devem sim, merecer as opiniões das oposições. Onde há liberdade, onde há democracia, deve haver oposição. A oposição é instituição de Estado. O próprio Rui Barbosa dizia que a oposição só não existe no batalhão, na com-

panhia ou no regimento.

Temos de despassionalizar e despersonalizar o debate. O País precisa das Parcerias Público-Privadas, e, por isso, estamos conversando para aprimorar esse modelo. Essa PEC tem esse objetivo. Sabemos que não tem sido fácil administrar isso em função das eleições, das contradições nos estados, das dificuldades na relação dos partidos da base, com o clima que tem contaminado o andamento dos trabalhos legislativos.

Por isso, precisamos conversar mais em torno dessa agenda. E o PMDB tem feito sua parte. O partido tem se colocado firmemente na governabilidade. Não é de agora. E na defesa dos interesses do País. Vamos continuar cumprindo nosso papel, ajudando mais do que nunca na sustentabilidade do Brasil. No PMDB – todos sabem –, não há caciques, nem baixo clero. Todas as figuras da nossa bancada, de 23 senadores, são igualmente representativas. Temos 13 ex-governadores, vários ex-ministros e até ex-presidentes do Senado e da República. O melhor caminho, portanto, é somar essas forças. E, como líder, esse é o meu papel.

RENAN CALHEIROS, senador por Alagoas, é Líder do PMDB no Senado Federal e ex-ministro da Justiça.